

## PORTARIA Nº 03, DE 1º DE MARÇO DE 2002

*Baixa instruções sobre a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).*

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO E O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 9º, do Decreto nº 05, de 14 de janeiro de 1991,

### RESOLVEM:

#### I – DO OBJETIVO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)

**Art. 1º** O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, tem por objetivo a melhoria da situação nutricional dos trabalhadores, visando a promover sua saúde e prevenir as doenças profissionais.

#### II – DAS PESSOAS JURÍDICAS BENEFICIÁRIAS

**Art. 2º** Para inscrever-se no Programa e usufruir dos benefícios fiscais, a pessoa jurídica deverá requerer sua inscrição à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), através do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em impresso próprio para esse fim a ser adquirido nos Correios ou por meio eletrônico utilizando o formulário constante da página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet ([www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)).

\* § 1º A cópia do formulário e o respectivo comprovante oficial de postagem ao DSST/SIT ou o comprovante da adesão via Internet deverá ser mantida nas dependências da empresa, matriz e filiais, à disposição da fiscalização federal do trabalho.

\* § 2º A documentação relacionada aos gastos com o Programa e aos incentivos dele decorrentes será mantida à disposição da fiscalização federal do trabalho, de modo a possibilitar seu exame e confronto com os registros contábeis e fiscais exigidos pela legislação.

\*\* § 3º A pessoa jurídica beneficiária ou a prestadora de serviços de alimentação coletiva registradas no Programa de Alimentação do Trabalhador devem atualizar os dados constantes de seu registro sempre que houver alteração de informações cadastrais, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar informações a este Ministério por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

**Art. 3º** As pessoas jurídicas beneficiárias poderão incluir no Programa trabalhadores de renda mais elevada, desde que esteja garantido o atendimento da totalidade dos trabalhadores que percebam até cinco salários-mínimos, independentemente da duração da jornada de trabalho.

**Parágrafo único.** O benefício concedido aos trabalhadores que percebam até cinco salários-mínimos não poderá, sob qualquer pretexto, ter valor inferior àquele concedido aos de rendimento mais elevado.

**Art. 4º** A participação financeira do trabalhador fica limitada a 20% (vinte por cento) do custo direto da refeição.

**Art. 5º** As pessoas jurídicas beneficiárias que participam do PAT, mediante prestação de serviços próprios ou de terceiros, deverão assegurar que a refeição produzida ou fornecida contenha o seguinte valor nutritivo, cabendo-lhes a responsabilidade pela fiscalização permanente dessas condições:

**I** – As refeições principais (almoço, jantar, ceia) deverão conter 1.400 calorias cada uma, admitindo-se uma redução para 1.200 calorias, no caso de atividade leve, ou acréscimo para 1.600 calorias, no caso de atividade intensa, mediante justificativa técnica, observando-se que, para qualquer tipo de atividade, o percentual protéico-calórico (NDpCal) deverá ser, no mínimo, de 6% (seis por cento);

**II** – desjejum e merenda deverão conter um mínimo de trezentas calorias e 6% (seis por cento) de percentual protéico-calórico (NDpCal), cada um;

**III** – as cotas das cestas de alimentos deverão conter o total dos valores diários citados nos incisos I e II deste Artigo, observado o percentual protéico-calórico estabelecido.

**§ 1º** Independentemente da modalidade adotada para o provimento da refeição, a pessoa jurídica beneficiária poderá oferecer aos seus trabalhadores uma ou mais refeições diárias.

**§ 2º** Quando a distribuição de gêneros alimentícios constituir benefício adicional àqueles referidos nos incisos I e II deste Artigo, os índices de NDpCal deste complemento poderão ser inferiores a 6% (seis por cento).

**Art. 6º** É vedado à pessoa jurídica beneficiária:

**I** – suspender, reduzir ou suprimir o benefício do Programa a título de punição ao trabalhador;

**II** – utilizar o Programa, sob qualquer forma, como premiação;

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

III – utilizar o Programa em qualquer condição que desvirtue sua finalidade.

**Art. 7º** Todas as empresas participantes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), beneficiárias, fornecedoras ou prestadoras de serviço de alimentação coletiva e respectivas associações de classe, deverão promover a realização de atividades de conscientização e de educação alimentar para os trabalhadores, além de divulgação sobre métodos de vida saudável, seja mediante campanhas, seja por meio de programas de duração continuada.

### III – DAS MODALIDADES DE EXECUÇÃO DO PAT

**Art. 8º** Para a execução do PAT, a pessoa jurídica beneficiária poderá manter serviço próprio de refeições ou distribuição de alimentos, inclusive não preparados, bem como firmar convênios com entidades que forneçam ou prestem serviços de alimentação coletiva, desde que essas entidades sejam registradas pelo Programa e se obriguem a cumprir o disposto na legislação do PAT e nesta Portaria, condição que deverá constar expressamente do texto do convênio entre as partes interessadas.

\* **Art. 9º** As empresas produtoras de cestas de alimentos e similares, que fornecem componentes alimentícios devidamente embalados e registrados nos órgãos competentes, para transporte individual, deverão comprovar atendimento à legislação vigente.

**Art. 10.** Quando a pessoa jurídica beneficiária fornecer a seus trabalhadores documentos de legitimação (impressos, cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada) que permitam a aquisição de refeições ou de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais, o valor o documento deverá ser suficiente para atender às exigências nutricionais do PAT.

**Parágrafo único.** Cabe à pessoa jurídica beneficiária orientar devidamente seus trabalhadores sobre a correta utilização dos documentos referidos neste Artigo.

### IV – DAS PESSOAS JURÍDICAS FORNECEDORAS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA

**Art. 11.** As pessoas jurídicas que pretendam registrar-se como fornecedoras ou prestadoras de serviços de alimentação coletiva deverão requerer seu registro no PAT mediante preenchimento de formulário próprio oficial, conforme modelo anexo a esta Portaria, o qual se encontra também na página do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na Internet, e que, após preenchido, deverá ser encaminhado com a documentação nele especificada ao Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

(DSST), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho local ou diretamente pela Internet.

**Parágrafo único.** As empresas prestadoras de serviços de alimentação coletiva deverão encaminhar o formulário e a documentação nele especificada exclusivamente por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho local.

**Art. 12.** A pessoa jurídica será registrada no PAT nas seguintes categorias:

I – fornecedora de alimentação coletiva:

- a) operadora de cozinha industrial e fornecedora de refeições preparadas transportadas;
- b) administradora de cozinha da contratante;
- c) fornecedora de cestas de alimento e similares, para transporte individual.

II – prestadora de serviço de alimentação coletiva:

- a) administradora de documentos de legitimação para aquisição de refeições em restaurantes e estabelecimentos similares (refeição convênio);
- b) administradora de documentos de legitimação para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais (alimentação convênio).

**Parágrafo único.** O registro poderá ser concedido nas duas modalidades aludidas no inciso II, sendo, neste caso, obrigatória a emissão de documentos de legitimação distintos.

## **V – DA OPERAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA**

**Art. 13.** Cabe às prestadoras de serviços de alimentação coletiva:

I – garantir que os restaurantes e outros estabelecimentos por elas credenciados se situem nas imediações dos locais de trabalho;

II – garantir que os documentos de legitimação para aquisição de refeições ou gêneros alimentícios sejam diferenciados e regularmente aceitos pelos estabelecimentos credenciados, de acordo com a finalidade expressa no documento;

III – reembolsar ao estabelecimento comercial credenciado os valores dos documentos de legitimação, mediante depósito na conta bancária em nome da empresa credenciada, expressamente indicada para esse fim;

IV – cancelar o credenciamento dos estabelecimentos comerciais que não cumprirem as exigências sanitárias e nutricionais e, ainda, que, por ação ou omissão, concorram para o desvirtuamento do PAT mediante o uso indevido dos documentos de legitimação ou outras práticas irregulares, especialmente:

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

- a) a troca do documento de legitimação por dinheiro em espécie ou por mercadorias, serviços ou produtos não compreendidos na finalidade do PAT;
- b) a exigência de qualquer tipo de ágio ou a imposição de descontos sobre o valor do documento de legitimação;
- c) o uso de documentos de legitimação que lhes forem apresentados para qualquer outro fim que não o de reembolso direto junto à prestadora do serviço, emissora do documento, vedada a utilização de quaisquer intermediários.

\* **Art. 14.** Poderá ser cancelado o registro da pessoa jurídica fornecedora ou prestadora de serviços de alimentação coletiva que:

I – deixar de cumprir obrigações legítimas de reembolso à rede de estabelecimentos comerciais junto a ela credenciados; ou

II – deixar de garantir a emissão de documento de legitimação impresso em papel, quando esta modalidade estiver estabelecida em contrato com a empresa beneficiária.

**Art. 15.** As prestadoras de serviços de alimentação coletiva deverão manter atualizados os cadastros de todos os estabelecimentos comerciais junto a elas credenciados, em documento que contenha as seguintes informações:

I – categoria do estabelecimento credenciado, com indicação de que:

- a) comercializa refeições (restaurante, lanchonete, bar ou similar); ou
- b) comercializa gêneros alimentícios (supermercado, armazém, mercearia, açougue, peixaria, hortimercado, comércio de laticínios e/ou frios, padaria, etc.).

II – capacidade instalada de atendimento, com informação do número máximo de refeições/dia, medida da área de atendimento ao público, número de mesas, cadeiras ou bancos e o número de lugares possíveis em balcão, no caso do inciso I, alínea “a”;

III – capacidade instalada de atendimento, com indicação da área e equipamento, tais como caixa registradora e outros, de modo a permitir que se verifique o porte do estabelecimento, no caso do inciso I, alínea “b”.

\* **Parágrafo único.** Cabe às prestadoras de serviços de alimentação coletiva proceder à verificação *in loco* das informações prestadas pelos estabelecimentos comerciais credenciados, devendo o documento de cadastramento ficar à disposição da fiscalização federal do trabalho.

## **VI – DOS DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO**

**Art. 16.** O fornecimento de documentos de legitimação, para as finalidades previstas no art.10, é atribuição exclusiva das empresas prestadoras de serviço de alimentação coletiva, credenciadas de conformidade com o disposto nesta Portaria.

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

**Parágrafo único.** A pessoa jurídica beneficiária celebrará contrato com a prestadora de serviço de alimentação coletiva visando ao fornecimento dos documentos de legitimação mencionados no *caput*, que poderão ser na forma impressa, na de cartões eletrônicos ou magnéticos, ou outra forma que se adeqüe à utilização na rede de estabelecimentos conveniados.

**Art. 17.** Nos documentos de legitimação de que trata o artigo anterior, deverão constar:

**I** – razão ou denominação social da pessoa jurídica beneficiária;

**II** – numeração contínua, em seqüência ininterrupta, vinculada à pessoa jurídica beneficiária;

**III** – valor em moeda corrente no País, para os documentos impressos;

**IV** – nome, endereço e CGC da prestadora de serviço de alimentação coletiva;

**V** – prazo de validade, não inferior a 30 dias, nem superior a 15 meses, para os documentos impressos;

**VI** – a expressão “**válido somente para pagamento de refeições**” ou “**válido somente para aquisição de gêneros alimentícios**”, conforme o caso.

§ 1º Na emissão dos documentos de legitimação deverão ser adotados mecanismos que assegurem proteção contra falsificação.

§ 2º Os documentos de legitimação destinados à aquisição de refeição ou de gêneros alimentícios serão distintos e aceitos pelos estabelecimentos conveniados, de acordo com a finalidade expressa em cada um deles, sendo vedada a utilização de instrumento único.

\* § 3º A pessoa jurídica beneficiária deverá exigir que cada trabalhador firme uma declaração, que será mantida à disposição da fiscalização federal, acusando o recebimento dos documentos de legitimação, na qual deverá constar a numeração e a identificação da espécie dos documentos entregues.

\*\* § 4º Quando os documentos de legitimação previstos nesta Portaria forem concedidos sob a forma de cartões magnéticos ou eletrônicos, a pessoa jurídica beneficiária deverá obter de cada trabalhador uma única declaração de recebimento do cartão, que será mantida à disposição da fiscalização, e servirá como comprovação da concessão do benefício.

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

§ 5º Quando os documentos de legitimação previstos nesta Portaria forem concedidos sob a forma de cartões magnéticos ou eletrônicos, o valor do benefício será comprovado mediante a emissão de notas fiscais pelas empresas prestadoras de serviços de alimentação coletiva, além dos correspondentes contratos celebrados entre estas e as pessoas jurídicas beneficiárias.

§ 6º Os documentos de legitimação, sejam impressos ou na forma de cartões eletrônicos ou magnéticos, destinam-se exclusivamente às finalidades do Programa de Alimentação do Trabalhador, sendo vedada sua utilização para outros fins.

§ 7º A validade do cartão magnético e/ou eletrônico, pelas suas características operacionais, poderá ser de até cinco anos.

Art. 18. Em caso de utilização a menor do valor do documento de legitimação, o estabelecimento comercial deverá fornecer ao trabalhador um contravale com a diferença, vedada a devolução em moeda corrente.

## VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19.** A execução inadequada do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) acarretará o cancelamento da inscrição ou registro no Ministério do Trabalho e Emprego, com a conseqüente perda do incentivo fiscal, sem prejuízo do disposto no art. 8º, parágrafo único, do Decreto nº 05, de 14 de janeiro de 1991.

\* **Art. 20.** O Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, emitirá Instrução Normativa relativa à fiscalização do cumprimento da legislação de sustento do Programa de Alimentação junto às empresas inscritas e registradas no mesmo.

**Art. 21.** As dúvidas e casos omissos serão dirimidos pelo(a) DSST/SIT/MTE.

**Art. 22.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 23.** Revogam-se a Portaria MTb nº 87, de 28 de janeiro de 1997, e demais disposições em contrário.

**VERA OLÍMPIA GONÇALVES**  
Secretária de Inspeção do Trabalho

**JUAREZ CORREIA BARROS JÚNIOR**  
Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**  
**DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

Coordenação-Geral Programa de Alimentação do Trabalhador  
(LEI Nº 6.321/76)

**REGISTRO  
NO PAT**

NÚMERO \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA FORNECEDORA  
E/OU PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA**

1.1. Razão Social

1.2. Endereço (Rua, nº, etc.)

1.3. Bairro

1.4. Município

1.5. UF

1.6. Telefone

1.7. CEP

1.8. CNPJ da Matriz

**2 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO**

2.1. Cozinha industrial para distribuição de refeições prontas

2.2. Administração de cozinhas e refeitórios

2.3. Refeição-convênio

2.4. Alimentação-convênio

2.5. Cesta de alimentos



## **INFORMAÇÕES DE ORDEM GENÉRICA (Verso)**

A empresa poderá buscar orientação diretamente no Ministério do Trabalho e Emprego, Edifício Anexo – Ala “B” – 1º Andar – Sala 120 – Brasília-DF ou nas Delegacias Regionais do Trabalho e Emprego.

A empresa fornecedora e/ou prestadora de serviços de alimentação coletiva responsabilizar-se-á pelo cumprimento da legislação do PAT.

A ficha deve ser apresentada em 1 (uma) via original, adquirida e protocolizada na DRT ou no PAT-DF e acompanhada de carta de encaminhamento, elaborada em papel timbrado, de acordo com o modelo abaixo.

*Observações:*

### **A EMPRESA DEVERÁ ANEXAR:**

- modelo de documento de refeição-convênio (frente e verso), para as prestadoras de serviço de refeição coletiva;
- modelo de documento da alimentação-convênio (frente e verso), para as prestadoras de serviço de alimentação coletiva;
- nome(s) do(s) profissional(ais) legalmente habilitados(s) em nutrição responsável(eis) técnico(s), número e região do respectivo Conselho Regional, para qualquer modalidade do serviço de alimentação coletiva.

\* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.

\* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

\* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

**MODELO DE CARTA PARA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO**  
(Use papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

À Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação-Geral do Programa de Alimentação do Trabalhador  
Ministério do Trabalho e Emprego  
Brasília-DF

\_\_\_\_\_  
(nome da empresa)

Solicita o registro para fins de prestação de serviços a pessoas jurídicas, nos termos da Legislação que rege a matéria. Declara que o profissional responsável técnico é

\_\_\_\_\_  
(nome)

Inscrito no CRN \_\_\_\_\_ sob o nº \_\_\_\_\_  
(Região)

Atenciosamente,

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

- \* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.
- \* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.
- \* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.
- \* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.

- \* Art. 2º, § 1º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \* Art. 2º, § 2º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \*\* Acréscimo do § 3º no art. 2º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.
- \* Art. 9º, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.
- \* Art. 14, com redação dada pela Portaria nº 61, de 28 de outubro de 2003.
- \* Art. 17, inciso VI, § 3º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \*\* Art. 17, inciso VI, § 4º, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \* Art. 15, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.
- \* Art. 20, parágrafo único, com redação dada pela Portaria nº 08, de 16 de abril de 2002.